Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

# DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1360/2022

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/875/2018 |
| **PROTOCOLO** | : 1884014 |
| **ÓRGÃO** | : INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE |
| **RESPONSÁVEL** | : MARIA DAS GRAÇAS MACEDO |
| **CARGO DA RESPONSÁVEL** | : EX-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO |
| **ASSUNTO** | : CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ |
| **INTERESSADA** | : KEILA CRISTINA RIBEIRO SANTANA |
| **RELATOR** | : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO |

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

## DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, à servidora Keila Cristina Ribeiro Santana, matrícula n. 382695/01, ocupante do cargo de assistente administrativo II, referência 09, classe B, lotada na Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, constando como responsável a Sra. Maria das Graças Macedo, ex-secretária municipal de gestão.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAAP), por meio da Análise ANA-DFAPP-8769/2021 (peça 14), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o parecer PAR-2ª PRC-1630/2022 (peça 15), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

## DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE-MS n. 54, de 14 de dezembro de 2016, e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva.

A aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto “PE” n. 3.939/2017, publicado no Diário Oficial de Campo Grande-MS n. 5.101, de 28 de dezembro de 2017, fundamentada no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com redação dada

pela Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c o art. 24, I, “a”, e arts. 26, 27 e 70, todos da Lei Complementar n. 191, de 22 de dezembro de 2011.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria por invalidez atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

**1**. pelo **registro** da concessão da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, à servidora Keila Cristina Ribeiro Santana, matrícula n. 382695/01, ocupante do cargo de assistente administrativo II, referência 09, classe B, lotada na Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, “b”, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

**2**. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2022.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**
**Relator**

eccs